

## O Internacionalismo em Chico Mendes

*On Chico Mendes Internationalism*

**Mariana Balau Silveira**

Doutora em Relações Internacionais e professora do Departamento de Relações Internacionais  
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil  
[marianabalau@pucminas.br](mailto:marianabalau@pucminas.br)

**Rafael Bittencourt Rodrigues Lopes**

Doutor em Relações Internacionais e Professor na Faculdade de Ciências Sociais  
Universidade Federal de Goiás, Brasil  
[bittencourtrafel@ufg.br](mailto:bittencourtrafel@ufg.br)

Recebido: 02/11/2025  
Aceito: 05/12/2025

### Resumo

O artigo analisa a trajetória política de Chico Mendes, visando à ampliação do conceito de internacionalismo nas Relações Internacionais. Partindo de uma revisão crítica das abordagens clássicas sobre o internacionalismo, o trabalho propõe deslocar o foco analítico para práticas políticas territorializadas, enraizadas em modos de vida subalternizados. A partir de pesquisa bibliográfica e de análise documental de discursos e registros do movimento seringueiro, argumenta-se que os “empates” e a Aliança dos Povos da Floresta constituem formas de articulação que tensionam a dicotomia doméstico-internacional e ampliam o escopo do político para além da esfera estatal. Sustenta-se que o internacionalismo em Mendes emerge da convergência entre ecologia, trabalho e território, articulando redes locais, nacionais e internacionais em defesa de bens comuns e da reprodução da vida. Ao dialogar com perspectivas decoloniais e pluriversais, o artigo demonstra que a experiência amazônica não apenas se conecta a agendas globais, mas também produz uma gramática própria de internacionalismo contra-hegemônico, fundada na solidariedade entre povos da floresta e na politização da natureza como sujeito coletivo. Conclui-se que a incorporação dessa experiência ao debate das Relações Internacionais contribui para uma reconfiguração epistemológica do campo, ao reconhecer práticas e saberes historicamente marginalizados como constitutivos do “internacional”.

**Palavras-chave:** Internacionalismo; Chico Mendes; Cosmologias; Ativismo.

### Abstract

The article analyses the political trajectory of Chico Mendes, intending to expand the concept of internationalism in International Relations. Drawing on a critical review of classical approaches to internationalism, the study proposes shifting the analytical focus toward territorialised political practices rooted in subaltern ways of life. Based on bibliographic research and documentary analysis of speeches and records of the rubber tappers' movement, it argues that the “empates” and the Alliance of the Peoples of the

Forest constitute forms of articulation that challenge the domestic–international dichotomy and broaden the scope of the political beyond the state sphere. It maintains that internationalism in Mendes emerges from the convergence of ecology, labour, and territory, articulating local, national, and international networks in defence of common goods and the reproduction of life. By engaging with decolonial and pluriversal perspectives, the article demonstrates that the Amazonian experience not only connects to global agendas but also produces its own grammar of counter-hegemonic internationalism, grounded in solidarity among forest peoples and in the politicisation of nature as a collective subject. It concludes that incorporating this experience into the debate in International Relations contributes to an epistemological reconfiguration of the field by recognising historically marginalised practices and forms of knowledge as constitutive of the “international.”

**Keywords:** Internationalism; Chico Mendes; Cosmologies; Activism.

---

## 1. INTRODUÇÃO

Descolonizar as Relações Internacionais (RI) não é um esforço que se limita a adicionar narrativas do Sul Global à historiografia do campo ou a mudar, em linhas gerais, a composição dos currículos e da formação acadêmica. Uma abordagem decolonial das RI deve criticar o monopólio ocidental sobre a produção de conhecimento, a fim de abrir espaço para diferentes compreensões, temporalidades, espaços, conceitos de governança, direitos humanos e democracia no estudo das relações internacionais. Essa abordagem se aproxima, nesse sentido, da pedagogia crítica revolucionária, que, da mesma forma, percebe que a educação é política, exigindo a criação de espaços onde os alunos possam imaginar um mundo diferente daquele em que vivem ou que aproxime lugares distantes de suas respectivas realidades. Essa abordagem parte da reflexão sobre vozes menos ouvidas ou consideradas menos relevantes, tanto na esfera política quanto na acadêmica. Incorporar essas vozes também implica encontrar novas fontes, como narrativas, etnografias e histórias orais, que apresentam um mundo mais complexo do que o exposto na narrativa convencional (Leff, 2015).

O presente artigo, desse modo, propõe a reflexão sobre a vida e a obra do ativista brasileiro Chico Mendes, com o objetivo de compreender de que modo seu legado pode ampliar o prisma do que se entende por internacionalismo no campo das Relações Internacionais. A primeira seção discute as abordagens convencionais sobre o conceito e a prática do internacionalismo, a partir de autores como Fred Halliday (1988), Perry Anderson (2002), Kjell Goldmann (1994) e Cecelia Lynch (1999). A segunda seção reflete sobre os principais legados de Mendes, enfatizando os “empates” e a Aliança dos Povos da Floresta como expressões de seu ativismo. A terceira seção, por fim, analisa as

possibilidades que a herança de Mendes oferece para uma compreensão mais pluriversal e atenta às cosmovisões das relações internacionais, dialogando com contribuições como as de Acharya (2014), Blaney e Tickner (2017), Escobar (2018), Ndlovu-Gatsheni (2021) e Stengers (2005), que propõem formas alternativas de pensar o internacional a partir da pluralidade de saberes, territórios e sujeitos.

## 2. O INTERNACIONALISMO NO CAMPO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Um dos truísmos da narrativa convencional do campo das Relações Internacionais é o de que instituições fortes e cooperativas levariam à paz e segurança internacionais. O termo “internacionalismo” é, então, frequentemente empregado com essa conotação (Goldmann, 1994, p. 2). O que é internacionalismo? Como esse conceito evoluiu no campo a partir da narrativa convencional? Algumas das obras canônicas sobre o conceito, amplamente polissêmico, incluem as contribuições de Fred Halliday (1988), Perry Anderson (2002), Kjell Goldmann (1994) e Cecelia Lynch (1999).

Halliday (1988) apresenta uma tipologia do termo, a partir da noção de que ele seria uma ponte entre as dimensões analítica (como o mundo funciona) e normativa (como o mundo deveria funcionar). Em linhas gerais, o autor afirma que o internacionalismo seria a “ideia de que nós somos (e deveríamos) ser parte de uma comunidade mais ampla que a nação ou o Estado” (Halliday, 1988, p. 187) e poderia ser compreendido sob três grandes categorias, a depender da visão de mundo: internacionalismo liberal, internacionalismo hegemônico e internacionalismo revolucionário.

O primeiro internacionalismo é associado às obras de Adam Smith, ao liberalismo rousseauiano e à proposta, no início do século XX, de Woodrow Wilson para o fortalecimento de relações cooperativas sob a égide do liberalismo. Ainda que dominante, teórica e politicamente, essa corrente foi alvo de críticas<sup>1</sup> e desafiada por abordagens como o segundo internacionalismo apontado por Halliday (1988), o internacionalismo hegemônico. Essa corrente compreende que a integração do mundo ocorreria, mas de modo assimétrico e desigual, e que essas características seriam o único modo de integrar os Estados-nação modernos. A terceira corrente, revolucionária, é compreendida a partir da tríade leninista “*weltklasse, weltpartei, weltrevolution*” (classe mundial, partido mundial e

---

<sup>1</sup> Críticas notáveis ao internacionalismo liberal incluem as obras de Carr (1939) e Cox (1986), que afirmam que essa visão seria marcada por um “moralismo em busca de resolução de problemas”. Os principais limites da proposta liberal, segundo os autores, seriam a ausência de questionamentos acerca da ideologia liberal, seu caráter utópico e, principalmente em Cox (1986), a atenção insuficiente às demandas domésticas e localizadas de nacionalismo, identidade e auto interesse.

movimento revolucionário mundial) e de suas variantes, como o internacionalismo revolucionário de Mao Tsé-tung e de Che Guevara, e o internacionalismo islâmico de Ayatollah Khomeini (Halliday, 1988). Lynch (1999) reconhece a importância da tipologia de Halliday, mas afirma que nem todo internacionalismo considera os processos de internacionalização inerentemente bons. Como exemplo, a autora aponta os internacionalistas “entre-guerras”, contrários à globalização da produção, do comércio e do uso de armas, além de internacionalistas contemporâneos contrários à internacionalização das normas e práticas econômicas (Lynch, 1999).

De acordo com Goldmann (1994), a partir da teoria normativa, as perspectivas internacionalistas podem ser vistas como voltadas “para dentro” ou “para fora”. As interpretações voltadas “para fora” são divididas pelo autor em particularistas e universalistas: se um internacionalismo é particularista, busca e promove a propagação de seus próprios valores; enquanto o internacionalismo universalista tende a buscar a realização de valores considerados universalmente aplicáveis. A própria perspectiva universalista pode ser dividida em duas: orientada para o conflito e para a coexistência. Para Jens Bartelson (1995), esta é uma questão sobre o objetivo final da transformação sistêmica: enquanto alguns consideraram, e talvez ainda considerem, o internacionalismo como uma espécie de vitória de um conjunto de valores universais sobre outros valores rivais, “outros entendem o internacionalismo como uma forma de reconciliar sistemas de valores concorrentes em um mundo pluralista” (Bartelson, 1995, p. 256).

Esforços mais recentes de compreensão do termo incluem a reflexão sobre os internacionalismos no Sul Global, com o objetivo de ampliar o entendimento das motivações de países como Brasil, Índia, China e África do Sul em política externa, com foco no multilateralismo. Candice Moore (2017) afirma que o Sul Global, em linhas gerais, tem cultivado um internacionalismo “de acomodação”, ou seja, uma espécie de mecanismo de coexistência entre diferentes valores e culturas nacionais, em oposição a propagação de valores específicos. O internacionalismo nas políticas externas dos países do Sul Global, nesse sentido, teria se consolidado em torno de quatro princípios fundamentais: solidariedade, multilateralismo, não-ingerência e respeito à soberania e meios não violentos de resolução de conflitos. Ainda que conteste a ordem internacional pós II Guerra, o sul global compartilha (e reproduz) um internacionalismo que não rompe totalmente com as formas tradicionais de internacionalismo (Moore, 2017).

Ainda que não exaustiva, essa breve revisão das interpretações convencionais sobre o conceito/prática explícita que as leituras sobre o que seria o internacionalismo consideram

centrais o papel do Estado-nação moderno e dos tomadores de decisão na definição de cenários e possibilidades de cooperação e solidariedade. As interpretações supracitadas também compreendem o internacionalismo como vinculado à própria ideia de Estado-nação, seja como um limite a uma possível sociedade-civil global, seja como ator fundamental na promoção de valores (universais ou complementares).

É possível entender o internacionalismo além da dicotomia “doméstico-internacional”? Ou ainda, como compreendê-lo além do Estado-nação, considerando outras coletividades, experiências, saberes? Sabelo Ndlovu-Gatsheni (2021) afirma que o que foi construído como “o internacional” é resultado de uma série de colonialidades. Nesta perspectiva é válido lembrar de W. E. B. Du Bois, que em 1903 já explicava o internacional a partir da “linha da cor”, elemento constituído pelas relações raciais entre homens brancos que dominavam colonialmente os povos de raças mais escuras por todo o planeta. Ao tratar as relações globais de poder a partir da raça, Du Bois nos abre a possibilidade de pensar o internacional para além do Estado, superando a dicotomia doméstico-internacional para pensar a partir da interseção entre classe, raça e gênero, de modo que o Estado passa a ser entendido como uma organização política importante desta estrutura global de poder, mas que também atravessa outras instituições como o mercado, a religião, dentre outros.

Esta abertura para pensar múltiplas formas de controle do poder nos aproxima da Mignolo (2010), que, ao apresentar a matriz colonial do poder como cinco formas de controle (da autoridade, da economia, da natureza e dos recursos naturais, do gênero e da sexualidade, e da subjetividade e do conhecimento), nos ajuda a identificar o que observar ao identificar as colonialidades do poder. E, por outro lado, a possibilidade de pensar as RI de forma pluriversal (Blaney, Tickner, 2017) nos convida a identificar, a partir dos múltiplos agentes estudados, como se dão seus mundos que, na interação com a colonialidade, podem assumir uma lógica anti/contra/decolonial de resistência a um modelo impositivo de controle da realidade. Nestes termos, podemos imaginar o internacionalismo como uma forma múltipla de construir vários mundos. Se Blaney e Tickner falam do “many-worlds world”, em referência à ideia de um mundo em que cabem muitos mundos, reconhecer internacionalismos como o de Chico Mendes é um esforço no sentido de trazer este mundo seringueiro, amazônico, de um extrativismo e ambientalismo enraizado nos modos de vida daquele território: “a realidade é que ‘o internacional’ que abraça a humanidade com suas particularidades e pluralidades, não deve ser tomado como um dado fenômeno existente. Também é informado por uma avaliação mais profunda das lutas de descolonização do

século XX e pela crítica do que foi entregue como libertação”. (Ndlovu-Gatsheni, 2021, p. 2).

Em suma, a revisão das abordagens tradicionais e críticas sobre o internacionalismo revela que o conceito, longe de ser estático ou consensual, reflete disputas epistêmicas e políticas sobre os sentidos da cooperação e da solidariedade no sistema internacional. Enquanto as definições canônicas tendem a reforçar a centralidade do Estado-nação e de elites diplomáticas como protagonistas do “internacional”, as leituras decoloniais e pluriversais abrem espaço para que outros sujeitos, práticas e epistemologias sejam reconhecidos como formadores legítimos de vínculos transnacionais. Nesse sentido, compreender o internacionalismo a partir de experiências como a de Chico Mendes — enraizadas em territórios periféricos, fundadas na interdependência entre natureza e sociedade, e articuladas em redes locais e globais — amplia o escopo do conceito e desafia as fronteiras tradicionais entre o doméstico e o internacional, o moderno e o ancestral, o centro e a periferia.

### **3. CHICO MENDES: VIDA E OBRA DE UM INTERNACIONALISTA PROFUNDO**

A presente seção busca compreender o contexto e os legados da atuação de Chico Mendes, com o objetivo central de refletir sobre seu ativismo na Amazônia, sua relação com as comunidades indígenas e seu compromisso político com a classe trabalhadora. A intenção não é construir uma seção biográfica, tampouco resumir, em fatos, sua trajetória, mas situar o leitor em relação à sua visão de mundo e ao seu legado.

Nascido em Xapuri, no Acre, a história de Mendes remonta à migração nordestina para a Amazônia durante os ciclos de expansão da economia da borracha, notadamente entre o fim do século XIX e meados do século XX. Durante a ditadura militar no país, houve a suspensão da política de subsídios à produção de borracha, o que levou a classe extrativista (seringueiros, castanheiros, entre outros) a viver dos recursos da floresta, o que Barbosa de Almeida (1993) caracteriza como um “modo de vida autônomo típico de um campesinato florestal” (ALMEIDA, 1993, p. 13). A suspensão dos subsídios foi representativa da política militar para a região, amplamente baseada no “mito do território vazio”, na negação da existência de populações originárias e tradicionais e na visão de que a Amazônia deveria ser ocupada em favor da segurança nacional. Durante os anos 1960 e 1970, a região foi aberta a grandes empresas ligadas ao agronegócio, a partir de incentivos fiscais e da derrubada e queima da floresta, acompanhada da expulsão de seringueiros e

de populações indígenas, realizada sob a justificativa do “progresso” e do “desenvolvimento”.

Em resposta às perdas e desmontes, os seringueiros de Xapuri, com apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), reagiram por meio dos denominados “empates às derrubadas”, notadamente a partir de 1976:

Os empates são feitos por meio de mutirões de seringueiros. À medida que os seringueiros tomam conhecimento de que têm companheiros ameaçados pelo desmatamento, que uma área está sendo ameaçada pelo desmatamento dos fazendeiros, se reúnem várias comunidades, principalmente a comunidade afetada, organizam-se assembleias no meio da mata mesmo e tiram-se lideranças, grupos de resistência que vão se colocar diante das foices e das motosserras de maneira pacífica, mas organizada (Grzybowski, 1989, p. 38)

Os principais idealizadores e articuladores dessa estratégia foram Chico Mendes e, o também seringueiro, Wilson Pinheiro. Carlos Alberto de Souza (1998) afirma que o empate foi uma experiência social gerada a partir da vivência dos homens e mulheres trabalhadores dos seringais e passou a ser uma prática constituída por “intensos laços de solidariedade”. É a defesa coletiva de um modo de vida constituído por lutas (Souza, 1998, p. 39). Os empates representam um dos exemplos mais notáveis das possibilidades de convergência entre ecologia e socialismo: a conservação da floresta não era ali vista como um fim em si mesma, mas como forma de garantir a subsistência de milhares de trabalhadores e trabalhadoras da região.

Durante os anos 1980, a atuação política de Mendes se aprofundou, principalmente a partir de sua adesão ao Partido dos Trabalhadores (PT) e de sua aproximação a setores da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Pastoral da Terra. É também nesse período que a luta dos trabalhadores extrativistas se aproxima do ativismo das comunidades indígenas e de diversos grupos de trabalhadores do campo. Segundo Michael Lowy (2021), pela primeira vez, indígenas e seringueiros, que haviam se enfrentado em várias ocasiões, “uniram suas forças contra o inimigo comum: o latifúndio, o agrobusiness, o capitalismo agrícola destruidor da floresta” (Lowy, 2021, p. 12). Dessa convergência nasce a Aliança dos Povos da Floresta:

Nunca mais um companheiro nosso vai derramar o sangue do outro; juntos, nós podemos proteger a natureza, que é o lugar onde nossa gente aprendeu a viver, a criar os filhos e a desenvolver suas capacidades, em harmonia com a natureza, com o meio ambiente e com os seres que habitam aqui (Mendes, 1989, p. 26)

A articulação promovida pela Aliança teve como um dos resultados mais notáveis a proposta de criação de reservas extrativistas, contrapondo a ideia de floresta “intocada”. A proposta era que as terras fossem da União e de usufruto de seringueiros, trabalhadores e comunidades indígenas (Krenak, 2008; Lowy, 2021). Essa solução, segundo Lowy (2021) foi de clara inspiração socialista, uma vez que se baseou na ideia de usufruto dos trabalhadores de uma terra de propriedade pública.

A proeminência da Aliança foi ainda mais ampliada quando Mendes viajou internacionalmente entre 1985 e 1988 como líder nacional dos seringueiros. Por meio de reuniões com o Subcomitê de Operações Exteriores do Senado dos Estados Unidos e com funcionários do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Mundial, a história dos seringueiros tornou-se politicamente mais importante e ressonante no Brasil e no mundo (Bratman, 2019).

Mary Alegretti (2002) aponta que um dos principais elementos inovadores da aliança entre extrativistas e comunidades indígenas foi o fato de que, pela primeira vez, grupos sociais pobres, sem poder político e importância econômica, formularam e transformaram em política pública uma solução para a destruição da floresta, beneficiando não só as famílias dos trabalhadores diretamente associados às atividades extrativistas, mas também a humanidade como um todo. Hoje são 94 reservas extrativistas, abrangendo 15,5 milhões de hectares (Alegretti, Cunha, Schmink, 2018). A próxima seção reflete, desse modo, sobre alguns de seus legados a partir do potencial que a vida e a obra de Mendes têm na conceituação e definição do que é internacionalismo.

#### **4. O INTERNACIONALISMO EM CHICO MENDES**

Como sugere o quadro abaixo, a herança política de Chico Mendes não é facilmente classificável. Cândido Grzybowski (1989) afirma que isso se deve ao fato de ter sido alfabetizado em torno dos 20 anos de idade e, muito mais do que um homem de letras, “um homem de ação e palavra” (Grzybowski, 1989, p. 10). Mendes não era exclusivamente um ambientalista conservacionista, nem um socialista “puro”. Ele certamente não era um ambientalista preservacionista. Tampouco era um pacifista completamente não-violento, pois, em certo momento, no início de sua carreira política, simpatizou com a raiva incipiente de seus pares quando perseguiram os assassinos de Wilson Pinheiro. Ele também não foi simplesmente o sujeito de sua história: “um seringueiro pré-moderno, centrado etnocentricamente em si mesmo e em seu mundo” (Maybury-Lewis, 2007, p. 20).

**Quadro I - A Política de Chico Mendes**

| <b>Aliança Objetivada por Mendes</b>   | <b>Posição de Mendes</b>  | <b>Posição dos Aliados</b>  | <b>Papel de Mendes na construção de instituições</b>   |
|--|---|---|--|
| Aliança com ambientalistas brasileiros e internacionais  | Retórica ambientalista, críticas ao desenvolvimento, adoção de ambientalismo internacionalista, conservacionista, não preservacionista. Argumentava em favor do papel humano na conservação de biomas como a Amazônia.  | Muitos (embora não todos) eram anticomunistas, até mesmo anti-socialistas; não notavelmente progressistas, exceto na agenda ambiental; e, em grande parte, adotavam uma posição não violenta.   | Ajudou a fundar coalizões transnacionais e transregionais que denunciaram o desmatamento.                      |
| Aliança com movimentos socialistas locais, regionais, nacionais e internacionais de trabalhadores. | Retórica socialista: inicialmente tolerante a atos violentos de seus colegas, embora mais tarde contrária.  | Forças políticas de orientação socialista, local, regional e nacional, em ação no Acre, desde os comunistas tradicionais (na CONTAG) até os socialistas (no PT).  | Fundou sindicatos de trabalhadores rurais no Acre e o Conselho Nacional dos Seringueiros; PT a nível nacional. |
| Aliança com outros seringueiros da região e com outros povos indígenas.                            | Atitudes locais, regionalistas, comunitárias; não violentas, com poucas exceções. Tática desenvolvida do empate.  | Povos indígenas e seringueiros buscavam meios de sobreviver e resistir  | Aliança dos Povos da Floresta.   |
| Todas as propostas acima   | Enraizada na construção social pré-moderna, encontrando lugares em meio à modernidade por meio da política, da criatividade e da não-violência. Empreendedor, socialista defensor das formações sociais pré-modernas tentando controlar a própria modernização; desenvolvedor de ações políticas para tornar coerentes essas ideias conflitantes. | Os aliados de Mendes compartilhavam da atitude pós-moderna, especialmente aqueles que defendem a entrada de construções sociais pré-modernas na modernidade em seus próprios termos e em seu próprio ritmo: indígenas e caboclos amazônicos e ativistas progressistas nacionais e internacionais. | Alianças locais, regionais, nacionais, internacionais; as primeiras reservas extrativistas.                    |

**Fonte:** Traduzido e adaptado pelos autores de Rodrigues (2007)

Rodrigues (2007) afirma que “Mendes defendia um estilo de vida pré-moderno – extrativismo, caça, pesca, agricultura de subsistência – com um toque pós-moderno –

empreendedorismo, comunitarismo, multietnicidade – tudo dentro de uma estrutura internacionalista” (Rodrigues, 2007, p. 16). Em discurso ao Sindicato dos Trabalhadores de Xapuri, na CUT, em 1989, Mendes afirmou: “No começo, pensei que estivesse lutando para salvar seringueiras; depois, pensei que estava lutando para salvar a Floresta Amazônica. Agora, percebo que estou lutando pela humanidade.” (Mendes, 1989, p. 18). Esse excerto explicita que Mendes tinha consciência de que a luta local dos povos da floresta não era sobre a Amazônia ou o Brasil, ainda que o lócus de resistência fosse esses espaços, mas que o ativismo era, sobretudo, sobre a garantia do futuro da humanidade.

Enquanto a historiografia/autonarrativa convencional do campo cita chefes de Estado, pensadores (em sua maioria ocidentais) e acontecimentos históricos (em sua maioria também no ocidente) como elementos que exemplificam o que se entende por internacionalismo, a proposta aqui é compreender o ativismo dos povos da floresta, exemplificado pelos discursos e legados de Chico Mendes, como uma forma forte de internacionalismo.

Ailton Krenak (2008) reflete sobre o legado de Mendes e o aproxima de uma utopia: “Eu hoje fico pensando em como a agenda da Aliança [dos Povos da Floresta] tinha um apelo tão forte e tão mobilizador. Eu acho que esse apelo tinha a ver com a novidade da nova Constituição. Foi nesse ambiente que o Chico Mendes projetou mais do que ideias: ele projetou uma utopia.” (Krenak, 2008, p. 32) Outro elemento do legado de Mendes que amplia o cânone do que se entende por internacionalismo é o testamento socialista e internacionalista que ele deixou para as gerações futuras, publicado depois de sua morte em uma brochura do sindicato de Xapuri e da CUT:

Atenção, jovem do futuro! 6 de setembro do ano de 2120, aniversário do primeiro centenário da revolução socialista mundial, que unificou todos os povos do planeta, num só ideal e num só pensamento de unidade socialista, e que pôs fim a todos os inimigos da nova sociedade. Aqui fica apenas a lembrança de um triste passado de dor, sofrimento e morte. Desculpem. Eu estava sonhando quando escrevi estes acontecimentos que eu mesmo não verei. Mas tenho o prazer de ter sonhado (Mendes, 1989, p. 34).

O discurso supracitado reflete o caráter utópico e idealista do olhar de Mendes sobre o mundo e, ao mesmo tempo, evidencia que sua luta era ecológica e socialista, antecipando o que depois seria denominado “ecossocialismo”. Essa forma de internacionalismo que emerge da trajetória de Chico Mendes pode ser pensada como uma expressão do que Sousa Santos (2007) denomina “cosmopolitismo subalterno” — uma articulação transnacional de lutas que parte das experiências de sofrimento, resistência e emancipação

das classes e povos oprimidos. Nesse sentido, Mendes não apenas conectou agendas locais às pautas internacionais, mas também produziu, a partir da floresta, um saber-prática que tensionava as fronteiras epistemológicas do próprio internacionalismo. Seu ativismo contribui para uma ecologia de saberes que reconhece a pluralidade de cosmologias e modos de vida como base para a construção de alianças planetárias, rejeitando a imposição de um universalismo abstrato e excludente.

Os empates organizados pelos seringueiros, sob a liderança de Chico Mendes, representam uma forma singular de ação internacionalista a partir do local. Embora restritos territorialmente à floresta amazônica, esses atos de resistência pacífica mobilizavam princípios universais como a não violência, a proteção de bens comuns e a solidariedade entre trabalhadores — pilares centrais de diversas tradições internacionalistas. Tal como os esforços de pacificação liberal articulados por Wilson, os empates projetavam uma concepção de mundo na qual a interdependência entre povos e natureza exigia formas inovadoras de convivência e governança. A diferença está no ponto de partida: enquanto Wilson falava a partir do centro do poder estatal, Mendes articulava uma política internacionalista a partir das margens do sistema, afirmando que resistir à devastação da floresta era lutar pelo futuro comum da humanidade. Isso permite afirmar que os empates eram mais do que táticas locais de resistência — eram manifestações materiais de um internacionalismo ético, ambiental e contra-hegemônico.

A Aliança dos Povos da Floresta, por sua vez, constitui um experimento político que ultrapassa as fronteiras étnicas, institucionais e estatais ao reunir seringueiros, indígenas e comunidades tradicionais em torno de um projeto comum de conservação e justiça social. Sua lógica de articulação em várias frentes, seu compromisso com a não violência e sua capacidade de dialogar com instituições internacionais, como o Banco Mundial e a ONU, evidenciam traços claros de um internacionalismo praticado. Ao contrário do internacionalismo liberal clássico, que pressupõe a existência de Estados-nação como principais promotores da paz, o legado de Chico Mendes mostra que coletividades subalternas, organizadas em torno de seus próprios saberes e territórios, também podem gerar soluções inovadoras com impacto transnacional. Essa prática política, mesmo sem aparato estatal ou chancela diplomática formal, operava com os mesmos objetivos de construir uma ordem mais justa, solidária e sustentável, legitimando-se, assim, como uma forma plena de internacionalismo.

A atuação de Mendes também pode ser lida à luz das “cosmopolíticas” formuladas por Stengers (2005), para quem as lutas políticas não se resumem à esfera humana, mas

envolvem coletivos híbridos, em que a natureza participa como agente. Ao incorporar a floresta — suas árvores, rios, animais e ciclos — como parte integrante do seu projeto político, Mendes desloca o internacionalismo de um campo exclusivamente humano para uma política interespecífica e interterritorial. A floresta, nesse registro, não é pano de fundo das disputas, mas sujeito de direitos e espaço de produção de vida. Tal concepção desafia os paradigmas antropocêntricos e produtivistas ainda dominantes nos debates sobre governança ambiental internacional. Ademais, a articulação entre ecologia, trabalho e território promovida por Chico Mendes antecipa debates contemporâneos sobre justiça climática e transição socioecológica justa.

Sua prática engajava-se diretamente com os princípios que hoje orientam movimentos como o La Vía Campesina ou o Global Tapestry of Alternatives, que articulam lutas locais em redes transnacionais baseadas na solidariedade, na reciprocidade e na autonomia. Como argumenta Escobar (2018), a defesa dos territórios de vida não é apenas resistência, mas proposição ativa de outros mundos possíveis — uma dimensão plenamente internacionalista, quando se compreende que os desafios do colapso climático e da desigualdade global exigem uma reorganização profunda das formas de vida e de convivência planetária. O legado de Mendes, portanto, é atual e necessário: ele nos convida a pensar o internacionalismo não como difusão de valores universais, mas como construção de convergências plurais enraizadas no comum.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O internacionalismo não é uma ideologia fixa nem um conjunto de princípios, mas sim um conceito dinâmico e evolutivo, moldado pelas ações e interações de diferentes atores no sistema internacional. Desse modo, deve ser entendido como uma percepção ou interpretação das relações internacionais, em vez de um conjunto fixo de ideias ou princípios. Diferentes atores do sistema internacional, como Estados, organizações internacionais e atores não estatais, têm diferentes percepções do internacionalismo, baseadas em seus interesses, valores e experiências. Relações de poder, legados históricos e diferenças culturais moldam essas percepções sobre o internacionalismo. O conceito deve ser entendido como um diálogo entre diferentes atores e perspectivas, em vez de um monólogo imposto por um único ator ou ideologia. Esse diálogo é necessário para compreender a natureza complexa e dinâmica das relações internacionais e promover a cooperação e o entendimento entre os diferentes atores do sistema internacional.

É possível afirmar que a vida e a obra de Chico Mendes, traduzidas nos empates, na Aliança dos Povos da Floresta e no histórico de resistência ao avanço do agronegócio e da monocultura, oferecem elementos não só para o entendimento da sociedade e da cultura brasileiras, mas também para as relações internacionais, entendidas sob um prisma mais pluriversal e menos limitado à lógica estatal. A utopia projetada por ele, de convergência entre trabalhadores e comunidades indígenas e de conservação da maior floresta tropical do mundo, pode ser considerada um esforço tão internacionalista quanto aqueles convencionalmente mencionados como relevantes para o campo e vai além: propõe um olhar sobre a natureza e o homem enquanto indissociáveis e codependentes, o que amplia a noção de internacionalismo. Enquanto as visões convencionais o compreendem como a aproximação entre Estados e aprofundamento da cooperação, o internacionalismo de Chico Mendes inclui a própria natureza como ator e os povos da floresta como protagonistas na preservação e promoção de um futuro sustentável.

Nosso argumento é que o estudo do internacionalismo em Chico Mendes oferece ao campo das Relações Internacionais uma contribuição teórica significativa ao deslocar o foco das análises tradicionalmente centradas no Estado, nas elites diplomáticas ou nas instituições multilaterais para atores historicamente subalternizados. Isso desafia o que Tickner e Blaney (2013) chamam de “metanarrativa ocidental” das RI, ao propor um olhar atento às práticas internacionais que emergem das margens do sistema-mundo, mas que são profundamente relevantes para a compreensão das dinâmicas globais. Ao valorizar formas de ação política enraizadas no território, na oralidade e nas relações comunitárias, a trajetória de Mendes expande o próprio repertório conceitual do campo, sugerindo que o internacionalismo pode ser produzido também por meio da resistência, da solidariedade translocal e do cuidado com os bens comuns. Do ponto de vista epistemológico e metodológico, o legado de Chico Mendes convida os estudos internacionais a dialogarem com fontes e saberes não convencionais — como histórias orais, práticas comunitárias, espiritualidades da floresta e cosmologias indígenas — incorporando uma perspectiva mais plural sobre o que conta como conhecimento legítimo. Isso implica uma abertura radical ao que Acharya (2014) chama de “global IR”, ou RI global, que reconhece múltiplos pontos de partida para a teorização, e não apenas aqueles oriundos das experiências euroatlânticas. Nesse sentido, Chico Mendes não apenas ilustra um tipo de internacionalismo alternativo, mas também oferece pistas metodológicas para uma RI mais atenta às relações entre saber, poder e território, contribuindo para a renovação crítica do campo em tempos de múltiplas crises planetárias.

## REFERÊNCIAS

- ACHARYA, A. Global International Relations (IR) and Regional Worlds: A New Agenda for International Studies. *International Studies Quarterly*, v. 58, n. 4, p. 647–659, 2014.
- ALMEIDA, B. M. **Rubber Tappers of the Upper Jurua River**, Brazil: the making of a forest peasantry. Cambridge, Tese de Doutorado. 1993.
- ALLEGRETTI, M. H. **A Construção Social de Políticas Ambientais: Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros**. Tese de Doutorado apresentada ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB. 2002.
- ALLEGRETTI, M., CUNHA, L., SCHMINK, M. Editorial: 30 Anos do Legado de Chico Mendes. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Vol. 48. 2018.
- ANIEVAS, A.; MANCHANDA, N.; SHILLIAM, R. **Race and Racism in International Relations: Confronting the Global Colour Line** (London: Routledge, 2014).
- BARTELSON, J. The trial of judgment: a note on Kant and the paradoxes of internationalism. **The International Journal of Human Rights**. Vol. 6. N. 1. 2002.
- BLANEY, David L.; TICKNER, Arlene, B. Worlding, Ontological Politics and the Possibility of a Decolonial IR. **Millennium: Journal of International Studies**, p. 1-19, 2017.
- BRATMAN, E. **Governing the Rainforest: sustainable development politics in the brazilian Amazon**. Oxford University Press. 2019.
- COLLINS, P. H. **Black Feminist Thought**. New York: Routledge, 2000.
- COLLINS, P. H. Learning from the Outsider Within: The Sociological Significance of Black Feminist Thought. **Social Problems** 33 (6), pp. 14-32, 1986.
- CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex. *University of Chicago Legal Forum* 1, 1989.
- DU BOIS, W. E. B. **The Souls of Black Folk: Essays and Sketches**. Chicago: A. C. McClurg, 1903.
- ESCOBAR, A. **Designs for the Pluriverse: Radical Interdependence, Autonomy, and the Making of Worlds**. Durham: Duke University Press, 2018.
- GOLDMANN, K. **The Logic of Internationalism: Coercion and Accommodation**. Routledge. 1994.
- GROSFUGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI\*. In: **Human Architecture: Journal of the Sociology of Self-Knowledge**, v. XI, issue 1, 2013, p.73-90.
- GRZYBOWSKI, C. **O Testamento do Homem da Floresta: Chico Mendes por Ele Mesmo**. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. 1989.

HALLIDAY, F. Three Concepts of Internationalism. **International Affairs**. Vol. 64. N. 2. 1988.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo Martins Fontes, 2013.

KRENAK, A. Entrevista sobre Chico Mendes. In: WEISS, Z. **Vozes da Floresta**. Editora Xapuri. 2008.

LYNCH, C. The Promise and Problems of Internationalism. **Global Governance**. Vol. 83. N. 5. 1999.

LEFF, E. **Ecologia Política**: uma perspectiva latino-americana. Desenvolvimento e Meio Ambiente. UFPR. 2015.

LOWY, M. **O que é o Ecosocialismo?** São Paulo. Editora Cortez. 2021.

MENDES, C. **Discurso ao Sindicato dos Trabalhadores de Xapuri**, Central Única dos Trabalhadores. São Paulo. 1989.

MIGNOLO, W. **Desobediência epistêmica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Argentina: Ediciones del signo, 2010.

MOORE, C. Internationalism in the Global South: the evolution of a concept. **Journal of Asian and African Studies**. Vol. 14. N. 1. 2017.

NDLOVU-GATSHENI, S. Beyond Coloniality of Internationalism. **E-International Relations**. 2021.

RODRIGUES, G. **Walking the Forest with Chico Mendes**: struggle for justice in the Amazon. University of Texas Press. 2007.

SILVA, K. de S. 'Esse Silêncio Todo Me Atordoa': a Surdez e a Cegueira Seletivas nas Dinâmicas Raciais nas Relações Internacionais. **Revista De Informação Legislativa** 58, no. 229 (2021): 37–55.

SOUZA, C. Os “Empates” como Forma de Resistência no Modo de Vida dos Seringueiros da Amazônia Ocidental: a constituição social de um termo. **Clio Histórica**. Vol. 18. n. 1. 1998.

SOUSA SANTOS, B. Para além do Pensamento Abissal: as Linhas Globais a uma Ecologia de Saberes. *Novos Estudos. Novos estud. CEBRAP* (79). (2007).

STENGERS, I. The Cosmopolitical Proposal. In: LATOUR, B.; WEIBEL, P. (org.). **Making Things Public**: Atmospheres of Democracy. Cambridge, MA: MIT Press. p. 994–1003. (2005).

THOMPSON, D. Through, against, and beyond the racial state: the transnational stratum of race. In: ANIEVAS, Alexander.; MANCHANDA, Nivi.; SHILLIAM, Robbie (Org.). **Race and**

**Racism in International Relations:** Confronting the Global Colour Line (London: Routledge, 2014). P. 44-61.

TICKNER, A. B.; BLANEY, D. L. **Thinking International Relations Differently.** London: Routledge, 2013.

WEISS, Z. **Vozes da Floresta.** Editora Xapuri. 2008.

Recebido: 02/11/2025  
Aceito: 05/12/2025